

CONTROLE

TCU aprova distribuição do Fundo de Participação dos Municípios



OPINIÃO

Especialistas da Confederação da Agricultura comenta sobre o BRIC

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES

A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL

ANO XXVII
Edição Nº 01
Nov/2023

BRASÍLIA

Capital da manutenção, Governador de Brasília, Ibaneis Rocha fala sobre as ações de sua gestão e melhorias na infraestrutura



tem
trabalho
tem mudança
e Cuiabá
avança

NOVA
DADE

Kit Escolas / Novas Creches / Contorno
HMC renovado / 170 praças novas / 14
com ar-condicionado e muito mais.



Tem muito trabalho acontecendo pra seguir mudando a vida da nossa gente. É que a Prefeitura de Cuiabá já está trazendo os resultados para a população.



ES:

Leste Avançado
2 novos ônibus



Acompanhe
o que a
Prefeitura
já fez!



Brasília: cidade em manutenção

Quem passa pela capital federal do Brasil, a sensação que se tem é de que toda a cidade está em manutenção. Por todos os lados, a população convive com as obras, que apesar dos transtornos com congestionamentos e poeiras, a promessa é de que com infraestrutura traga mais qualidade de vida. O atual gestor da cidade, Ibaneis Rocha, enfrenta uma gestão desafiadora de colocar a capital no eixo, e sobre este assunto ele conversou com a equipe de reportagem. Para cada problema, há uma solução. E esta é esperança que nos move.

Nesta edição da 3 Poderes Brasil, também apresentamos temas que circulam no âmbito dos Três Poderes. No Legislativo, o principal assunto é a reforma tributária. No Executivo, abordamos a questão racial por ser o mês da consciência negra. No Judiciário, o destaque é para um convênio celebrado que beneficiará magistrados e servidores da justiça sul-matogrossense.

Boa leitura!

Hulda Rode
Editora-Geral

SUMÁRIO

05 OPINIÃO | Sueme Mori e Eric Ramos Pinheiro

06 ENTREVISTA E REPORTAGEM DE CAPA
Ibaneis Rocha, governador de Brasília

10 PODER LEGISLATIVO

12 PODER EXECUTIVO

14 EXPORTAÇÃO

18 JUSTIÇA

20 GOVERNANÇA

22 DIRETO DE BRASÍLIA

24 AGRONEGÓCIO



Ampliação dos BRICS além das questões econômicas

Sueme Mori e Eric Ramos Pinheiro

Em um ano marcado por eventos geopolíticos de alta relevância, um deles tem o Brasil como um dos seus protagonistas: o anúncio da ampliação dos Brics durante a 15ª Cúpula do bloco, ocorrida em agosto. Além de Brasil, Rússia, China e África do Sul, passaram a compor o Brics+, a partir de 2024, Argentina, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã.

Apesar do anúncio, a eleição de Javier Milei para a presidência da Argentina coloca um grande ponto de interrogação sobre a entrada do país no Brics expandido. Esta semana, a possível futura chefe da chancelaria argentina declarou que, no momento, não vê vantagem para o país. Fato é que a conjuntura global e os motivos que levaram à formação inicial do bloco não são os mesmos de 2006, quando houve a primeira reunião formal dos integrantes originários: Brasil, Rússia, China e Índia. À época, os quatro representavam as maiores economias emergentes e, por isso, o alinhamento e cooperação entre eles fazia muito sentido. O economista que cunhou o termo, em 2001, acreditava que essas quatro nações dominariam a economia global até 2050.

Passados mais de 20 anos, a realidade econômica dos países do bloco mudou muito, causando uma divergência que levou à origem do agrupamento. Basta olhar a lista dos países que foram convidados a entrar no Brics para ter certeza disso. Se por um lado, a Arábia Saudita possui um PIB de US\$ 1,11 trilhão, o PIB da Etiópia é de US\$ 120 bilhões, segundo dados do FMI. Trata-se de um grupo extremamente heterogêneo.

Essa heterogeneidade vai além dos indicadores econômicos. A diversidade cultural e política entre os membros do Brics+ é notável e também se reflete em

termos de comércio internacional. Um dos resultados esperados para o bloco é a ampliação da relação comercial entre os países integrantes. Em 2022, as exportações brasileiras intrabloco somaram US\$ 99,4 bilhões, sendo 90% destinado à China. Dentre os novos integrantes do bloco estão importantes importadores de produtos agropecuários do Brasil, como Irã que, em 2022, foi o quarto principal destino das exportações do agro. Egito e Emirados Árabes Unidos ocuparam a 13ª e 14ª posição.

Embora não configure um grupo econômico formal, isto é, sem preferências comerciais concretas, é inegável que qualquer forma de parceria dessa natureza eleva os laços entre seus integrantes a um nível distinto. Tal colaboração cria um ambiente propício para o estreitamento de relações e fomenta uma atmosfera favorável à cooperação em diversas áreas.

Ao mesmo tempo em que os Brics+ se apresentam como uma oportunidade para alavancar a competitividade de seus membros, por outro lado há desafios significativos que precisam ser gerenciados em função das perspectivas e interesses diferentes dos países em questões globais, como direitos humanos e governança.

De acordo com o governo brasileiro, o principal objetivo do bloco é alterar o sistema de governança global, por meio da cooperação, com a reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU, e apresentar alternativas às instituições como o FMI para o fomento às economias emergentes, como o NDB - New Development Bank, atualmente liderado pelo Brasil. Na prática, isso quer dizer: uma aliança, em prol dos interesses



dos países em desenvolvimento, em contraponto aos países mais ricos, ou seja, o G7 formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Em um cenário global cada vez mais polarizado, com o progresso de duas guerras, a ampliação dos Brics precisa ser avaliada para além das questões econômicas. O tensionamento entre as duas principais potências mundiais, Estados Unidos e China, amplia a corrida dois lados para conquistar o maior número de países aliados. Como os Brics+ vão se comportar em relação à essa questão ainda não está claro.

O Brasil, como a terceira maior economia do bloco, possui boas relações diplomáticas e comerciais tanto com os países mais ricos quanto com os emergentes. Navegar nesse cenário de tensões não é tarefa simples e requer pragmatismo para que se consiga tirar o máximo proveito das oportunidades que esse contexto oferece.

Sueme Mori é diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Com a colaboração de Eric Ramos Pinheiro, assessor de Relações Internacionais da CNA.

Brasília: soluções e desafios

Governador de Brasília, Ibaneis Rocha comenta sobre as queixas que a população tem enfrentado e as ações de sua gestão

Hulda Rode, Thalía Magalhães e Andreza Nunes

Brasília foi projetada com o propósito de ser a capital da esperança. Não restam dúvidas. Nos últimos anos, os gestores da cidade enfrentam o maior desafio de todos os tempos: colocar a cidade em ordem. Não um setor específico, mas praticamente todas as áreas que comandam a cidade. Para traçar um panorama sobre a governadoria, os problemas e as soluções que estão sendo tomadas, a reportagem da RDM 3 Poderes Brasil, conversou com Ibaneis Rocha, governador de Brasília.

Em relação à pasta da saúde, a população está insatisfeita com os serviços de saúde e um dos motivos apontados pelos parlamentares para isso acontecer é carência de servidores. O que será feito para evitar o colapso que os parlamentares temem?

“Não há falta de pessoal na saúde. É preciso entender que a crise provocada pela pandemia de covid-19 e con-

junturas nacional e até internacional aumentou muito a demanda dos serviços da saúde pública. Isso não é um problema exclusivo do DF. Desde o início do governo aumentamos muito a capacidade de atendimento – são nove UPAs novas, 15 Unidades Básicas de Saúde, mais leitos nos hospitais, milhares de servidores contratados, convênios para atendimento em clínicas e hospitais particulares. Neste momento estamos construindo quatro novos hospitais, vamos entregar mais duas UPAs e muitas UBS em todas as regiões administrativas. É um trabalho que não para e que exige permanente aperfeiçoamento. Posso citar como exemplo a fila por cirurgia, que aumentou muito – também

por causa da pandemia, que ainda reflete em nosso trabalho – está sendo reduzida fortemente: estamos fazendo mais de sete mil cirurgias.

Vicente Pires e outras cidades sofrem com a falta de infraestrutura, principalmente na época das chuvas. Quais medidas estão sendo tomadas para evitar alagamentos, lamas e entre outros problemas?





Ibaneis Rocha, governador de Brasília. Fotos: Agência Brasília



Acho que vocês não têm ido a Vicente Pires. Investimos mais de 600 milhões de reais na cidade, construímos uma imensa rede de captação de águas pluviais, inclusive com galerias enormes e lagoas de contenção. A cidade não sabe o que é alagamento faz tempo. Era um problema histórico que está resolvido, assim como estamos fazendo na Asa Norte, que sofria na época das chuvas por causa do acúmulo de água, principalmente nas primeiras quadras. Estamos investindo mais de R\$ 150 milhões na construção de galerias e de uma grande praça com uma lagoa de decantação próxima ao lago Paranoá. Também renovamos a rede pluvial na avenida Paranoá, estamos fazendo o mesmo da avenida Hélio Prates que cruza Ceilândia e Taguatinga, ou seja: estamos fazendo o que nunca foi feito no Distrito Federal porque muitos governadores acreditam que isso não dá voto, é uma obra enterrada. Mas o nosso governo cuida das cidades.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal houve um aumento do feminicídio no DF em relação ao ano passado, que medidas estão sendo tomadas para reduzir esse crime?

O feminicídio é um crime hediondo. Mas é o que a área de segurança caracteriza como crime doméstico, ocorre entre pessoas que se conhecem, muitas vezes dentro de casa. Temos feito campanha de conscientização para que vizinhos e amigos ajudem a detectar o problema antes do crime acontecer. Se houve denúncia, há como prevenir o crime. Aprovamos uma Lei na Câmara Legislativa, acrescentando uma multa pecuniária de até R\$ 500 mil reais para o criminoso, temos mais de 50 medidas implantadas. Vamos entrar com uma nova campanha para buscar a parceria da comunidade para tentar a redução desse tipo de crime que, quanto mais noticiado, mais é incentivado. Portanto acho que a mídia também tem que fazer sua parte, como faz nos casos de suicídio, que são mencionados discretamente ou nem mencionados são.

Os professores da rede pública têm sofrido com sobrecarga, falta de estrutura e problemas de saúde mental. O que será feito para melhorar esse quadro?

Os professores de um modo geral, e isso incluiu as escolas particulares, têm uma atividade estressante, muitas vezes porque estão tentando fazer um papel que caberia as famílias. É uma profissão linda, mas extenuante, que exige muito controle mental. Na rede pública temos buscado oferecer as melhores condições de trabalho, com salário justo, escolas melhores, material escolar e merenda de qualidade etc. Mas novamente estamos nos levantando depois da pandemia. Muitas famílias foram obrigadas a tirar os filhos das escolas privadas e isso sobrecarregou a rede. Estamos fazendo um amplo trabalho de modernização e construção de novas escolas, incluindo com uma solução inovadora que é a instalação de salas modulares em escolas já instaladas, aumentando a capacidade para receber mais alunos e reduzir o tamanho das turmas.

A mobilidade pública é uma grande preocupação para a população do DF. Segundo o Ipea, o Distrito Federal é a unidade da federação em que menos pessoas andam a pé ou de bicicleta devido às dificuldades enfrentadas nas ruas e vias. Como o governo analisa essa situação e que investimentos estão sendo feitos nesta área?

Este é um desafio criado pelo modelo urbanístico do DF, desde sua



fundação. Me lembro que se falava que o brasileiro é uma pessoa de tem cabeça, tronco e rodas, tal a dificuldade de vencer as grandes distancias. Aqui, as pessoas pegam um ônibus em sua cidade pela manhã para trabalhar e só voltam no final da tarde – durante todo esse tempo a maioria dos veículos fica parada, porque não há movimentação para abastecer as linhas. Agora estamos investindo pesadamente em vias expressas exclusivas para ônibus com o objetivo de reduzir o tempo de viagem. É um projeto caro e demorado. Já evoluímos bem no lado norte, até Sobradinho; vamos iniciar a construção de mais uma faixa para Planaltina. Agora estamos trabalhando no corredor oeste, que é o mais populoso, partindo o Sol Nascente, cruzando Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Águas Claras e Vicente Pires até o Plano Piloto.

O agro é a locomotiva do PIB no Brasil. Na capital, quais investimen-

tos estão sendo realizados para fomentar a produção agrícola?

O Distrito Federal tem um território pequeno, mas já tem uma produção importante que está sendo incentivadas por nós com a construção de uma grande rede de abastecimento água por meio de grandes tubos. Isso possibilita a redução da perda de água em até 40%, aumentando a eficiência dos produtores. Mas o mais importante é que estamos regularizando toda a área rural do DF, acabando com a insegurança jurídica que impedia investimentos mais robustos dos produtores. Estamos entregando escrituras definitivas, facilitando a obtenção de financiamento nos bancos e já estamos colhendo os frutos dessa dedicação com aumentos de safra permanentes todos os anos.

Considerando o tempo à frente do governo, quais as principais realizações que podem ser destacadas na

gestão até o momento? E o que podemos esperar para os próximos meses?

Fizemos um trabalho de recuperação do Distrito Federal. Estava tudo muito parado por muitos anos, a infraestrutura era a mesma há tempos, inclusive em áreas importantes como saúde, educação, segurança. E tivemos que acelerar. Tivemos o percalço provocado pela pandemia – nunca podemos nos esquecer disso – que nos custou mais da metade do primeiro mandato, mas ao mesmo tempo decidimos manter a cidade funcionando, liberando as obras. Estamos concluindo as grandes obras viárias em todas as regiões, desafogando o trânsito, melhorando o transporte público, estamos construindo hospitais e escolas, modernizando a administração, aumentando os programas sociais, incluindo aí formação profissional e o atendimento emergencial representado pelos restaurantes comunitários – inauguramos mais dois – e pelos programas

Prato Cheio e Cartão Gás, que garante comida na mesa de dezenas de milhares de famílias. Também estamos melhorando as cidades, como fizemos com o centro do Paranoá, o centro de Taguatinga, que ganhou o Túnel Rei Pelé e o Boulevard, e a própria W3 Sul, que depois de décadas de abandono, está sendo revitalizada, como fizemos com o Setor de Rádio e TV Sul e estamos fazendo no Setor Comercial Sul.

Brasília se encontra no centro do país e tem toda estrutura para ser um “hub” comercial e empresarial do Brasil, fortalecendo assim outros setores, que não seja governamental. Qual são as ações nesse sentido?

As principais empresas de logística estão sendo atraídas para o Distrito Federal, aproveitando a geografia – estamos no centro da América do Sul –, a malha viária para todo o país e o aeroporto, que está entre os mais modernos e movimentados do país, que liga a capital a todos os estados. A Amazon já se instalou aqui, o Mercado Livre está vindo, a Nova Mundo instalou um grande centro de distribuição, entre muitas grandes empresas, incluindo atacadistas que abastecem todo o país. É um trabalho que vai continuar e ser aperfeiçoado, com a instalação definitiva de várias Áreas de Desenvolvimento Econômico, que estão recebendo obras de infraestrutura e energia para abrigar bem a essas empresas.

Cada dia que passa a população do DF envelhece, qual o planejamento para essa demanda no futuro de nossa cidade?

Na verdade, a população se renova. Todos os anos temos um crescimento populacional de cerca de 70 mil pessoas, entre pessoas que se mudam para cá e as que nascem. A nossa preocupação é criar áreas de habitação de forma que impactem o menos possível



no meio ambiente e na infraestrutura, fazendo tudo de forma ordenada, sem deixar que se criem bolsões de problemas como é o caso do Pôr do Sol/Sol Nascente, abandonado por tanto tempo, crescendo desordenadamente, nos obrigando agora a instalar equipamentos públicos, fazer infraestrutura, dotar enfim, a cidade, de boas condições para as pessoas que se instalaram ali. Para isso estamos separando áreas, construindo casas populares, organizando o crescimento da cidade para que o impacto não seja tão grande.

A população cresce, porém, as moradias não acompanham esse crescimento. O que o Governo pretende fazer em relação às políticas habitacionais de nossa cidade?

Como eu dizia, áreas para os mais diversos segmentos da sociedade estão sendo preparadas. Foi o caso do Noroeste, da quadra 500 do Sudoeste, por exemplo. Teremos o bairro do Jóquei Clube, entre o SIA e Vicente Pires, a área adjacente à rododiferroviária, espaços em Planaltina, Sobradinho II, organizando melhor os condomínios já instalados e até prevenindo a criação de uma expansão do Taquari, no Lago Norte. Estamos combatendo a grilagem oferecendo áreas e residências regularizadas. Não podemos mais conviver com o descaso verificado em anos passados, quando as pessoas – por pura necessidade – foram incentivadas a comprar lotes irregulares.





Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Entenda os próximos passos da reforma tributária no Congresso Nacional

De volta à Câmara, texto deve ser "fatiado" e parcialmente promulgado ainda neste ano; tramitação de "PEC Paralela" e leis complementares devem arrastar por 2024

Danilo Moliterno

A reforma tributária foi aprovada pela Câmara dos Deputados em julho deste ano e pelo Senado Federal no último dia 8. As Casas, porém, apreciaram redações diferentes. Por isso, a tramitação da matéria segue no Congresso.

As alterações no sistema tributário tramitam na forma de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Para promulgar este tipo de texto (ou seja, para ele passar a valer), é necessário que as Casas aprove a mesma redação.

Como o Senado alterou o conteúdo aprovado pela Câmara em julho, agora o texto retorna à Casa Baixa.

Se a Câmara aprovar a nova redação sem alterar o teor, a reforma pode ser promulgada e passar a valer. Caso os deputados alterem novamente a redação, ela volta ao Senado — e assim sucessiva e indefinidamente. Se forma o chamado “pingue-pongue”.

Articuladores da PEC já dão como certo que a Câmara não aprovará o

conteúdo integral do Senado. Pautas como o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que compensa os estados pelo fim da guerra fiscal, não são consensuais.

Fatiamento

Num cenário em que não há consenso entre as Casas, o Congresso pode se utilizar do artifício do “fatiamento” para facilitar a aprovação. A ideia é promulgar os trechos da PEC que são consensuais e tramitar em separado

questões que gerem divergência.

Isso aconteceu recentemente com a reforma da Previdência. Os consensos foram promulgados na forma da Emenda Constitucional 103 de 2019 e foi desmembrada uma “PEC Paralela” (que acabou “esquecida na Câmara”).

Economista-sênior da LCA Consultores, Thais Zara indica que há risco de postergação do conteúdo que ficar fora da proposta principal. “De todo modo, é preciso pesar politicamente se é melhor fatiar e aprovar o principal ou arriscar postergar ainda mais a aprovação da proposta como um todo”.

Economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel de Barros considera o fatiamento positivo para a reforma concluir sua tramitação. Ele destaca que o risco de postergação “faz parte do jogo democrático”.

“Não é por acaso que o sistema político no Brasil é bicameral, com uma casa tendo a oportunidade de corrigir o que discorda e até mesmo excessos,

Se a Câmara aprovar a nova redação sem alterar o teor, a reforma pode ser promulgada e passar a valer. Caso os deputados alterem novamente a redação, ela volta ao Senado – e assim sucessiva e indefinidamente. Se forma o chamado “pingue-pongue”.

como é o caso das últimas alterações feitas pelo Senado”, aponta.

Leis complementares

A promulgação da PEC no Congresso não é o fim da tramitação da reforma. O texto prevê a regulamentação por lei complementar de uma série de aspectos do novo sistema tributário – desde regras de incidência para os novos

impostos até “cashback” de tributos para os mais pobres.

Inicialmente o texto previa que essa regulamentação deveria acontecer em até 240 dias após a promulgação da PEC. O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), porém, acatou emenda que diminuiu este período para 180 dias.

Ou seja, caso as previsões do governo se concretizem e a reforma seja aprovada ainda neste ano, no primeiro semestre de 2024 serão propostas as dezenas de leis complementares que vão de fato colocar a reforma tributária de pé.

Vale destacar ainda que as novas diretrizes para o sistema tributário têm mecanismo de transição. Os novos impostos serão completamente instituídos apenas em 2033. Além disso, as regras para distribuição do IBS aos estados e municípios durará 50 anos.



Direitos humanos precisam de políticas de memória, diz ministro

Cais do Valongo recebe placa de reconhecimento da Unesco

Cristina Índio do Brasil



Cais do Valongo recebe placa de reconhecimento da Unesco. Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Ao participar do lançamento do projeto Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória dos Africanos Escravizados no Brasil, no dia 30 de novembro, no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Almeida, disse que não existe a possibilidade de reconstruir, reinventar e recriar o Brasil se não houver capacidade de construir políticas de memórias.

“Quando se fala de direitos humanos, estamos necessariamente reivindicando políticas de memórias, reivindicando esse processo, que não é apenas de recordar, de descrever como o era passado. É um processo político em que forjamos nossas identidades individuais e também coletivas.”

O projeto foi lançado no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (Muhcab), no Cais do Valongo, região portuária do Rio de Janeiro.

“A memória nos faz pensar no passado, no presente e no futuro, mais do que isso nos faz ter um passado, dá sentido para o presente e nos projetarmos a partir das experiências que colhemos em direção ao futuro. É uma das formas fundamentais da existência”

Projeto

O objetivo é dar visibilidade à história da matriz africana. Uma das iniciativas é a instalação de placas alusivas ao reconhecimento feito pelo Programa Rotas dos Escravizados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Entre as indicações estão portos, igrejas, praças, terreiros de candomblé, quilombos e lugares onde ocorreram movimentos de resistência.

Segundo Almeida, o reconhecimento de lugares de memória dos africanos escravizados no Brasil é importante para manter a memória do que ocorreu

na escravidão e o que representa até hoje para reforçar a luta para impedir que fatos como aquele não se repitam.

Escravidão

“Falando sobre os horrores da escravidão e o que foi o tráfico, podemos agora entrar em uma disputa fundamental no campo da política que é a disputa pela verdade da história”, ressaltou o ministro, durante a solenidade.

“A memória também é uma arma de luta. Agora vamos para outro patamar, que é o da justiça e reparação da memória e da busca da verdade. Podemos pensar como podemos restituir aqueles que foram os condenados da terra, aqueles que foram violentados, aqueles que foram agredidos.”

De acordo com Sílvio Almeida, a partir desse reconhecimento é que podem seguir as políticas de não repetição da escravidão. “De como podemos

fazer a partir da memória da descoberta da verdade, da busca por justiça e da reparação, criar mecanismos da não repetição para que o passado não aconteça de novo.”

O ministro comparou a violência ocorrida na escravidão à praticada no período da ditadura militar. “Não se pode descolar a escravidão no Brasil, da ditadura militar no Brasil. As técnicas de tortura e sevícia que eram usadas na escravidão foram usadas na ditadura e ainda são usadas nas periferias e nas prisões, principalmente, contra as pessoas negras desse país”, destacou.

Economia

O ministro contestou avaliações de que ao se falar da escravidão e política de reparação no Brasil, a discussão fica restrita a questões de cultura e de arte, deixando a economia de lado.

“Não, estamos discutindo economia. A escravidão tem que ser estudada como parte fundamental da formação econômica do Brasil. A escravidão foi a forma política do Brasil. Ser contra as pessoas escravizadas era um modo de existência da sociedade brasileira no século 19.”

Ele ressaltou que a escravidão não é a responsável direta por todas as mazelas do país, até porque as mazelas também se reatualizaram no republicanismo no Brasil. Para o ministro, é preciso também buscar a reparação pela escravidão do ponto de vista da economia e, a partir daí, definir políticas públicas nesta área.

Na segunda fase do projeto lançado hoje será feita a disseminação do projeto por meio de plataformas digitais e a educação e cultura em direitos humanos.

“A ideia é que sejam elaborados materiais pedagógicos e de apoio para professoras e professores para cumprimento da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).”



“Quando se fala de direitos humanos, estamos necessariamente reivindicando políticas de memórias, reivindicando esse processo, que não é apenas de recordar, de descrever como o era passado. É um processo político em que forjamos nossas identidades individuais e também coletivas”, comenta o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío Almeida.

Valongo

O Cais do Valongo é patrimônio cultural mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2017. “Pelo Valongo desembarcaram cerca de um milhão de africanos na cidade do Rio de Janeiro, sendo este, o maior porto de desembarque de africanos escravizados nas Américas e o segundo maior porto de origem dos navios negreiros depois do porto de Liverpool (Inglaterra)”, disse Silvío Almeida.

Na placa, inaugurada hoje, pode se ler: “Cais do Valongo, Rio de Janeiro. Este é um lugar de memória da história dos africanos escravizados no Brasil reconhecido pelo Projeto Rotas dos Escravizados da Unesco em 2014”.

Os vestígios dos cais foram descobertos em 2011, quando foram feitas escavações para as obras do Porto Maravilha, um projeto de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro.

Igualdade Racial

Na solenidade, que encerrou o mês da Consciência Negra, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, destacou que o projeto recupera a história do Brasil e desvenda a visão que retira dos

livros e dos monumentos públicos a contribuição de negras e negros para erguer a nação brasileira.

“Reconhecemos o perigo de invisibilizar essa história e nos compromete em contar história que a história não conta”, disse, lembrando que o Ministério da Igualdade Racial tem, entre os seus principais eixos de atuação, a memória e a reparação, diretriz que orienta as políticas públicas e programas formulados no caminho da busca da eliminação das desigualdades, fim das violências e garantia da vida digna para a maioria da população.

O projeto Sinalização e Reconhecimento de Lugares de Memória dos Africanos Escravizados no Brasil é uma parceria dos ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania, da Igualdade Racial (MIR), da Educação (MEC) e da Cultura (MinC), com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e apoio do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Direitos humanos precisam de políticas de memória, diz ministro.

A Opep + discute as opiniões dos países produtores de petróleo neste momento de transição energética.
Foto: Divulgação



Brasil poderá integrar grupo de produtores e exportadores de petróleo

Se acatar, Brasil se torna membro, assim como Rússia, México e Malásia

Lais Carregosa, Guilherme Mazui e Valdo Cruz

O governo brasileiro analisa um convite feito pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (Opep+) para se tornar um dos "aliados" do grupo a partir de janeiro de 2024.

A informação foi confirmada pela Secretaria de Comunicação Social do governo, que diz que não há decisão tomada sobre o convite. Segundo interlocutores do governo, o tema está sob análise do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O Ministério de Minas e Energia confirmou que o convite está em

análise. Em resposta, o Ministério da Fazenda disse que o ministro Fernando

A informação foi confirmada pela Secretaria de Comunicação Social do governo, que diz que não há decisão tomada sobre o convite. Segundo interlocutores do governo, o tema está sob análise do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Haddad não vai comentar por se tratar de um pedido em análise.

Em nota, a Opep deu como certa a entrada do Brasil no grupo. A organização realizou reunião ministerial com participação de Silveira.

"A reunião deu as boas-vindas a Sua Excelência Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, que aderirá à Carta de Cooperação da OPEP+ a partir de janeiro de 2024", diz a nota.

Do Oriente Médio, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem oficial, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) comentou o convite. Ele disse que para o



Brasil faz mais sentido integrar mesmo a Opep+, e não a Opep.

Segundo Silveira, a Opep + discute as opiniões dos países produtores de petróleo neste momento de transição energética.

“Do grupo do Opep não faz sentido participarmos. Mas o do Opep+, aceitamos analisar o convite, porque o objetivo dele é discutir a posição dos países produtores de petróleo nesta fase de transição energética no mundo”, afirmou o ministro.

Segundo ele, interessa ao Brasil participar de grupo de discussões sobre a transição energética mundial, mas ressaltou que ainda não há uma decisão. O tema será debatido pelos ministérios de Minas e Energia, Fazenda, Meio Ambiente e Relações Exteriores. A decisão final será do presidente Lula.

Opep, Opep+ e membros

A Opep, criada em 1960, reúne hoje 13 grandes países ofertantes de óleo

no mundo como Arábia Saudita, Irã, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

Não participam do grupo, no entanto, outros grandes produtores como Estados Unidos, Canadá, Brasil, China e Catar.

‘A sigla “Opep+”, com o símbolo de adição, inclui também os chamados “países aliados” – que não integram a organização propriamente, mas atuam de forma conjunta em algumas políticas internacionais ligadas ao comércio de petróleo e na mediação entre membros e não membros.

Entre os aliados que compõem a Opep+ estão, atualmente, países como Azerbaijão, Bahrein, Malásia, México e Rússia.

Os integrantes da Opep+ fazem reuniões regulares para avaliar o cenário de oferta de petróleo no mundo e implementam cortes ou aumento de produção, exercendo influência sobre os preços do barril.

O secretário-geral da Opep, Haitham Al Ghais, esteve no Brasil em outubro – confira abaixo a entrevista dada à jornalista da GloboNews Miriam Leitão.



NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA.



NO TRÂNSITO, FAÇA SE BEBER, NÃO DIR

**Use o cinto de segurança,
e respeite a sinalização e o limite de velocidade.
Quem dirige tem suas escolhas.
E também consequências.**



A ESCOLHA CERTA: ÁGUA.

de.



**Governo de
Mato
Grosso**

Justiça Sul-matogrossense disponibiliza convênio de mestrado para magistrados e servidores

Presidente do TJMS, Des. Sérgio Fernandes Martins, esteve em Brasília



Foto: Divulgação

Comunicação TJMS

No dia 20 de novembro, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Sérgio Fernandes Martins, esteve em Brasília para firmar convênio com a Universidade de Girona que permitirá oferecer a magistrados e servidores do Poder Judiciário de MS programas de mestrado em Processo Penal e Garantismo, e Fundamentos da Responsabilidade Civil. Os cursos serão disponibilizados a partir de março/abril de 2024, com 30 vagas cada um.

Os mestrados terão duração de dois anos, serão oferecidos com dupla titulação das Universidades de Girona e de Gênova, e a formação será na modalidade presencial, com professores vinculados ao programa por meio da Universidade de Girona (Espanha), que virão ao Brasil para ministrá-las.

Para que os mestrados chegassem até os integrantes da magistratura e servidores de MS, integram a parceria a Escola Judicial de MS (Ejud/MS) e o Instituto IDH. Assim, as bolsas disponibilizadas serão de, no máximo, 50%.

Primeiro a falar, o diretor da Universidade de Girona, Jordi Ferrer Beltran, lembrou que esta não é a primeira vez que o Tribunal de Justiça de MS estabelece parceria com a Universidade de Girona e que os dois cursos serão



Foto: Divulgação



oferecidos simultaneamente. Como o número anterior de magistrados a aproveitar esse tipo de capacitação foi grande, a expectativa é que as vagas sejam preenchidas rapidamente.

"Estimamos que o número de cada turma não seja muito elevado para facilitar uma estreita comunicação entre professores e alunos. Quando a formação é massiva, em alguma medida também se perde qualidade. Então esperamos que aproveitem a oportunidade oferecida para aprimorar seu conhecimento", disse o professor.

O presidente do TJMS ressaltou que este convênio é muito significativo, principalmente porque a Universidade de Girona, além de muito respeitada, é renomada. Ele apontou que é um convênio de quatro anos, o que significa esperar que sejam oferecidas, pelo menos, quatro turmas.

«O resultado esperado é fazer com que magistrados e servidores se especializem nas duas áreas disponibilizadas: área cível, com a responsabilidade civil, e na área penal, com o garantismo, pois esses são os problemas que mais se enfrenta no judiciário estadual sul-mato-grossense; que o juiz enfrenta no

dia a dia", explicou o desembargador.

O diretor-geral da Ejud/MS, Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, falou sobre a significativa importância do convênio para formação dos magistrados de MS.

"Esta parceria proporcionará atualização e conhecimento ampliados para os magistrados. Esta é a segunda vez que, por meio do Instituto IDH, esta-

belece o convênio com a Universidade de Girona. Na verdade, é uma possibilidade para que os magistrados que já têm uma formação acadêmica possam completá-la com o mestrado e o doutorado na Universidade de Gênova, que já está em andamento. É mais uma possibilidade que o TJ disponibiliza aos magistrados", garantiu Fassa.

O diretor do Instituto IDH, Celso Panoff Philbois, agradeceu a parceria e lembrou que o TJ foi um dos primeiros a trabalhar com o IDH, quando este se instalou em MS.

Presentes à assinatura da parceria estavam o juiz auxiliar da presidência do TJ Renato Antonio de Liberali; o diretor-geral da CPE, juiz Olivar Augusto Roberti Coneglian; o diretor de Planejamento do TJ, Altair Junior Anselmo Soares; o ministro Reynaldo da Fonseca (STJ), o senador Nelsonho Trad; Barbara Rezende, representando o deputado Geraldo Rezende; o advogado Raul Saboia, anfitrião da solenidade de assinatura, além de outras personalidades brasilienses.

O presidente do TJMS, Des. Sérgio Fernandes Martins, ressaltou que este convênio é muito significativo, principalmente porque a Universidade de Girona, além de muito respeitada, é renomada. Ele apontou que é um convênio de quatro anos, o que significa esperar que sejam oferecidas, pelo menos, quatro turmas.



O cálculo do Coeficiente Individual do FPM para cada municipalidade é feito a partir dos dados de população e de renda per capita enviados pelo IBGE.



Foto: Divulgação

Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios é aprovada pelo TCU

Tribunal aprovou o anteprojeto de decisão normativa que trata da fixação, para o exercício de 2024, das quotas de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Secom TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o anteprojeto de decisão normativa que trata da fixação, para o exercício de 2024, das quotas de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A partir dos dados de popula-

ção e de renda per capita enviados pelo IBGE, o TCU procede ao cálculo do Coeficiente Individual do FPM (CIFPM) para cada municipalidade. Seguindo o estabelecido no subitem 9.2 do Acórdão 196/2003-Plenário, a apresentação dos coeficientes foi elaborada de modo a propiciar maior transparência ao pro-

cesso. Assim, os Anexos IV, V e IX do anteprojeto de decisão normativa apresentam as tabelas com os dados organizados pelos seguintes grupos de municípios: “capitais”, “reserva” e “interior”, respectivamente. Já o Anexo X apresenta a metodologia utilizada nos cálculos.



Assim, em relação ao total de recursos destinados ao FPM, tem-se a seguinte distribuição: 10% para os municípios das capitais; 3,6% para os municípios pertencentes à 'Reserva'; e 86,4% para os municípios do interior.

Os recursos do FPM das capitais e dos municípios da Reserva são distribuídos proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores: a) fator representativo da população, estabelecido por valor que identifica a faixa em que se localiza o percentual de população de cada município em relação ao somatório de populações do conjunto das capitais ou dos municípios da Reserva; e b) fator repre-

sentativo do inverso da renda per capita do respectivo estado.

No que tange aos municípios do interior, o coeficiente individual de participação deve ser fixado com base no

número de habitantes constante da tabela definida pelo Decreto - Lei 1.881/1981, apresentada no Anexo VII do anteprojeto de decisão normativa.

O relator do processo é o ministro Augusto Nardes. A unidade técnica do TCU responsável pela fiscalização foi a Unidade de Unidade de Auditoria Especializada em

Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal, vinculada à Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas.

Em relação ao total de recursos destinados ao FPM, tem-se a seguinte distribuição: 10% para os municípios das capitais; 3,6% para os municípios pertencentes à 'Reserva'; e 86,4% para os municípios do interior.

O Tribunal tem até o último dia útil de cada exercício para encaminhar ao Banco do Brasil os coeficientes do FPM que vão vigorar no exercício subsequente, conforme a legislação correlata.

A formação dos três grupos constituintes do FPM obedece a critérios estabelecidos na Lei 5.172/1966, de que os recursos do fundo são distribuídos para os municípios das capitais (10%) e para os do interior (90%), sendo que, deste último percentual, são destinados 4% exclusivamente aos municípios com população igual ou superior a 142.633 habitantes, integrantes do grupo 'Reserva'.



Aprovado ingresso da Bolívia no Mercosul; texto vai à promulgação

Em seu relatório, Chico Rodrigues destaca a relevância da entrada do país no Mercosul. “O ingresso da Bolívia já é há muito tempo esperado e dará impulso à integração regional. Possuímos fronteira de 3,4 mil quilômetros com este país, que se estende de Corumbá a Assis Brasil, envolvendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre. A entrada definitiva da Bolívia no Mercosul otimizará o comércio e a cooperação com Estado que possui população de mais de 12 milhões de pessoas e produto interno bruto na ordem de US\$ 41 bilhões”, argumenta.



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado aprova mudanças no registro de agrotóxicos



Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O plenário do Senado aprovou em votação simbólica, o projeto que altera as regras para registro e venda de agrotóxicos no país. O novo texto passa agora pela sanção do presidente da República. Com as novas normas, caberá ao Ministério da Agricultura registrar os agrotóxicos no país. O Ministério do Meio Ambiente ficará com a tarefa de coordenar os registros de produtos de controle ambiental. A pasta da Saúde irá apoiar tecnicamente os processos. Na proposta da Câmara dos Deputados, o poder decisório ficava restrito à Agricultura.

STJ: doação do bem de família ao filho não é fraude à execução fiscal

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a transferência pelo devedor a seu filho do imóvel onde a família mora não caracteriza uma tentativa de fraudar uma execução fiscal. O caso julgado envolve um homem que, após ter sido citado em um processo de execução fiscal aberto pela União, transferiu para o nome do filho o imóvel em que a família mora. Na primeira instância, o homem conseguiu manter a impenhorabilidade do imóvel, mas o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) reverteu a decisão. Os desembargadores entenderam que o direito não se justificaria quando o doador procura blindar seu patrimônio dentro da própria família, mediante a doação de seus bens para um descendente.

Dois novos desembargadores do TRF1 tomam posse em dezembro



Os juízes federais João Carlos Mayer Soares e Alexandre Machado Vasconcelos, ambos da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), serão empossados, no dia 7 de dezembro, no cargo de desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A cerimônia ocorrerá às 17h (horário de Brasília) na sede do Tribunal em Brasília/DF.

Os magistrados chegam ao Tribunal – João Carlos Mayer Soares, pelo critério de merecimento e Alexandre Machado Vasconcelos, pelo de antiguidade – para ocupar as vagas abertas em razão das aposentadorias dos desembargadores federais Cândido Ribeiro e Olindo Menezes.

Brasil assume presidência rotativa do G20

O Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 e o país será responsável por organizar reuniões técnicas e ministeriais até a 19ª Cúpula do G20, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. Para este ano, foram elencadas como principais pautas o combate à fome, pobreza e desigualdade, as três dimensões do desenvolvimento sustentável e reforma da governança global.

Entre os grupos de trabalho que integram a discussão dos temas principais, está o GT da Agricultura, que conta com a participação dos ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), do Desenvolvimento



Agrário e Agricultura Familiar (MDA), da Pesca e Aquicultura (MPA), das Relações Exteriores (MRE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Na Arábia Saudita, Fávaro defende investimentos na agropecuária brasileira

Ministro Carlos Fávaro participou da reunião com o presidente Lula e o príncipe herdeiro da Arábia Saudita em Riade

Sissy Cambuim

Durante a missão oficial no Oriente Médio, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou da reunião com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, no dia 28 de novembro, no Palácio Real Al Yamamah, em Riade, capital saudita.

Durante o encontro, o presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, falou das possibilidades de investimento no Brasil nas áreas de infraestrutura, agricultura, energia, indústria e ampliação das relações comerciais entre os países.

Entre os temas discutidos, foi apresentada a

proposta do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para a intensificação da produção de alimentos de maneira sustentável, por meio da conversão de pastagens de baixa produtividade, o que pode dobrar a atual produção do país sem desmatamento e com baixa ou nenhuma emissão de carbono.

“Foi uma excelente reunião. Falamos muito sobre a agropecuária brasileira e o presidente Lula ressaltou a importância de investirmos juntos na recuperação de pastagens, em energia renovável, especialmente nos biocombustíveis”, afirmou o ministro Carlos Fávaro.



“

Foi uma excelente reunião. Falamos muito sobre a agropecuária brasileira e o presidente Lula ressaltou a importância de investirmos juntos na recuperação de pastagens, em energia renovável, especialmente nos biocombustíveis”, afirmou o ministro Carlos Fávaro.



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
**PORTO
VELHO**



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

PORTO VELHO SHOPPING

**Escolha um veículo com a marca RDM e
conheça todos os caminhos do Brasil**



GRUPO RDM
REDE DE MÍDIAS

